

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE
DOIS MIL E OITO**

-----Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e oito, pelas quinze horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM** – *Exposição do Sr. Presidente da Câmara;* -----

-----**DOIS** – *Pedido de Declaração de Utilidade Municipal da construção da ETAR de Carlão;*

-----**TRÊS** – *Pedido de adesão da integração do Município de Alijó, na Comunidade Intermunicipal do Douro;* -----

-----**QUATRO** – *Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2007;* -----

-----**CINCO** – *Pedido de Aprovação da 5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2008, que se traduz na 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 2.ª Revisão do PPI e 1.ª Revisão do PAM;* -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** Sr. Dr. Joaquim Alberto de Oliveira Cêrca inicia os trabalhos acompanhado pelo Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos e pela segunda Secretária D. Maria Filomena Cunha Santos Nogueira. -----

-----Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo injustificado os seguintes Srs. Deputados: Joaquim Manuel da Silva Grácio e José Luís Pinto Guimarães Barros. -----

-----De imediato **O PRESIDENTE DA MESA** coloca à discussão a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e nove de Fevereiro de dois mil e oito e abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Sr. Deputado: -----

-----**DEPUTADO MÁRIO ANDRÉ:** Indica que a sua intervenção da página 16, por lapso, se encontra incompleta, acrescentando: “Pretende ainda dar uma palavra de reconhecimento ao Executivo, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, pelo trabalho realizado na Freguesia de Vilar de Maçada”. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** indica que serão tomadas as devidas correcções e coloca a mesma a votação, sendo aprovada por maioria, com 27 votos a favor e 01 abstenção. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** comunica que não há correspondência e dá início ao Período de Antes *da Ordem do Dia*, abrindo inscrições. Usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: ----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Indica que teve conhecimento através do “Jornal de Notícias” do dia 17 do corrente mês, de uma reunião com todos os Presidentes de Câmara dos Concelhos abrangidos pela Barragem do Tua, que teve lugar em Carrazeda de Ansiães. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que transmita alguma informação sobre a referida reunião e qual a posição da Câmara Municipal relativamente a este assunto. Indica ainda que no “Jornal de Notícias” do dia 21 do corrente mês, está inserida uma notícia sobre a eleição do Conselho Regional, que é um Órgão Executivo da CCDRN, constituído por todos os Srs. Presidentes de Câmara da CCDRN respectiva. Existe também a Comissão Permanente, na qual o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Alijó ocupa o lugar de vogal. Pensa que a eleição destes Órgãos será uma mais valia para a Região. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que informe sobre as competências do Órgão para o qual foi eleito vogal. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Pretende deixar uma nota que culmina num agradecimento e parabéns pela realização recente da “I Feira da Laranja” em S. Mamede, na qual teve a satisfação e alegria de participar. Salienta principalmente aquilo que através de um Grupo Cultural de S. Mamede com a parceria e colaboração da Câmara Municipal e Junta de Freguesia, é possível realizar eventos de interesse local e Regional. Simultaneamente permitiu com que seja possível ver a riqueza das nossas terras. Foi uma feira com um programa preenchidíssimo, de alta qualidade e com o qual ficou muito satisfeito. Indica ainda que não poderia deixar de referir esta iniciativa na presente Assembleia, salientando todo aquele trabalho, empenho e dedicação das pessoas que

contribuíram para um sonho antigo da localidade, o qual se tornou realidade, numa data tão simbólica como foi o 25 de Abril. -----

-----**DEPUTADO JAIME CARDOSO:** Inicia a sua intervenção pedindo desculpa por não ter estado presente na última Assembleia Municipal, mas motivos de saúde não o permitiram. Agradece ao Sr. Presidente da Câmara e à Câmara em geral, o “presente” que lhe enviaram no dia 25 de Abril, ou seja, o envelope com toda a matéria para discutir na presente Assembleia. Dá os parabéns a quem se disponibilizou no feriado a entregar os documentos. Indica que a matéria a discutir é tão extensa e de um valor tão grande para a Câmara, mas pensa que à hora marcada “não é para dizer nada”. -----

-----**DEPUTADO JOAQUIM VEIGA:** Informa que leu no Jornal “A Voz de Trás os Montes” que o IC5 sai de Murça para Miranda do Douro. Questiona se o mesmo sai de Murça conforme referido no Jornal ou do Pópulo. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA:** Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que o desculpe se for um pouco populista na sua intervenção. Informa que não tem tido água para tomar banho e apesar do Sr. Presidente da Junta de Freguesia ter conhecimento da situação, hoje tomou todas as diligências, nomeadamente dirigiu-se às Águas de Trás os Montes e Alto Douro e falou com a Eng.^a Noémia Santos a qual disse que o problema das Águas de Trás os Montes e Alto Douro é apenas na rede de alta e não de distribuição. Quem cobra a água é a Câmara Municipal, cabendo a esta solucionar o problema da distribuição. Indica que leu na informação recebida que vai haver novas distribuições em alguns sítios, nas habitações controladas pela Câmara Municipal e tendo em conta que algumas estão desocupadas, questiona se não haverá uma nova distribuição em todas. Indica ainda que uma Associação de Agricultores lhe fez chegar um pedido, tendo em conta que a Câmara Municipal colocou em determinados sítios recolha de “monstros”, alertando para o problema de alguns dos referidos contentores que estão colocados dentro de zonas onde os agricultores fazem produção integrada. Os referidos contentores não têm cobertura e nos dias de vento verifica-se libertação de plásticos, que pode dar origem a multas e questiona quem será o responsável se as mesmas forem aplicadas aos agricultores. A Câmara Municipal recebe as licenças de caça. Todos os caçadores libertam os cartuchos nos terrenos dos agricultores e devia existir uma

pedagogia para os caçadores os recolherem, porque se os agricultores estão na produção integrada, são penalizados por causa dos cartuchos. Indica que não deve ser uma entidade a receber as licenças e outras a recolher os cartuchos. Como foi há pouco tempo o 25 de Abril, chegou-lhe à mão um pasquim que não sabe se veio substituir o Boletim Municipal da Câmara, o qual trás umas coisas *suigéneris*: “Em Alijó, também o PSD não merece ser Executivo na Câmara Municipal de Alijó, nem agora, nem a longo prazo”. Lembra que quando era jovem lhe ensinaram que a alternância de poder e quando as pessoas usam todos os métodos para se perpetuarem no poder, tal não é Democracia. Finaliza afirmando: “o Hitler também chegou ao poder com votos”. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Pretende usar da palavra para focar assuntos que dão algum prazer, contribuem para o bem-estar dos cidadãos e para o desenvolvimento do concelho. Endereça os parabéns à Câmara Municipal e Juntas de Freguesia que estão contempladas com os GAC porque é um serviço digno para os cidadãos, essencialmente para os que mais precisam, sendo pena que não seja abrangente a todas as Freguesias. Enumera serviços prestados que podem ser classificados de serviços de primeira necessidade, que são de relevância para as Juntas de Freguesia, fazendo até determinados serviços das respectivas Juntas de Freguesia, o que é de enaltecer, para além da ajuda directa que dão aos cidadãos quando fazem ofícios para a EDP, para a PT, ao Centro Nacional de Eleições, à Segurança Social, Requisições diversas, apoio de trabalho informático, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas Freguesias, elaboração de notícias para o portal “Espigueiro” e até o preenchimento do modelo de IRS. Os cidadãos do Concelho, alguns de idade avançada precisam deste apoio, daí achar este serviço de extrema importância. Congratula-se com a atribuição do subsídio de manutenção às casas de convívio espalhadas pelo Concelho pois esta é uma das causas com que se tem batido ao longo do tempo dando os parabéns ao Sr. Vereador da Cultura e ao Sr. Presidente da Câmara. Deseja que estas se dinamizem e prestem um bom serviço às populações. Congratula-se ainda com a “Feira da Laranja” e entende que deviam implementar mais feiras, mais festas para que as pessoas sintam que vale a pena viver no Concelho de Alijó. Dá ainda os parabéns às pessoas de S. Mamede que a realizaram assim como ao Pelouro da Cultura pelo magnífico concerto que deu no dia 26 de Abril, integrado nos festejos do dia 25 de Abril assim como o fogo de artifício. Indica

ainda que o dia 01 de Maio também é digno de ser festejado e gostaria que a Câmara tivesse um programa que dignificasse esse dia, pois seria o mesmo que dignificar os trabalhadores e a sociedade em geral. Apesar de respeitar, afirma que não se pode congratular com a intervenção do Sr. Deputado António Lousa quando afirmou que o Sr. Presidente da Junta tinha conhecimento da falta de água, o que não corresponde à verdade. Informa que soube que o Sr. Deputado não tinha água, no presente dia, em conversa com o mesmo. Dirige-se ao Sr. Deputado transmitindo que tudo fará para minimizar os problemas da falta de água. -----

-----**DEPUTADO MÁRIO ANDRÉ:** Solicita ao Sr. Presidente da Câmara um esclarecimento, para assim também poder esclarecer os pais, professores e população da sua Freguesia, no que concerne à obra que está a ser executada e se encontra parada, do edifício do 1.º Ciclo de Vilar de Maçada. Esta foi uma obra já começada e segundo informação obtida há algum tempo junto do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vereador da Educação, estava a ser encontrada uma solução. No entanto como tem estado um pouco afastado deste processo, pretende saber qual o ponto da situação para poder explicar às pessoas em que fase se encontra a mesma. Alerta o Sr. Presidente da Câmara para as obras efectuadas pelas Águas de Trás os Montes e Alto Douro, nomeadamente na estrada que liga Vilar de Maçada à Chã, onde está a ser colocada nova tubagem de água em partes das valetas, as quais estão a ser refeitas. No entanto pensa que a fiscalização da Câmara Municipal e da própria empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro deveriam ver que outro tipo de intervenção poderá ser feita pois há partes da betuminosa da estrada que se encontra danificada com as referidas obras. As valetas estão a ser refeitas com cimento, assim como também estão a preencher os estragos com cimento mas pensa que esta não será a melhor forma de actuar. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que se inteire da situação para melhoria da referida estrada. Felicita ainda o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo pela reunião de extrema importância que tiveram com os Srs. Presidentes de Junta no dia 24 do corrente mês, acerca do Plano Director Municipal. Pensa que este tipo de reunião dever-se-ia repetir mais vezes, abordando até outras matérias, dada a sua importância, pois os Srs. Presidentes de Junta tiveram oportunidade de transmitir os seus pareceres acerca da proposta que o Executivo vai fazer ao Estado. Felicita a população da Freguesia de S. Mamede de Ribatua, assim como o Sr. Presidente de Junta de Freguesia e Associações da respectiva

Freguesia, bem como a própria Câmara Municipal que também colaborou, pela excelente iniciativa que foi a “Feira da Laranja”. Indica que está de acordo com o Sr. Deputado António Fernandes, pois estes eventos deviam ser realizados mais vezes naquela Freguesia ou em outras pois é uma forma de mostrar a verdadeira riqueza do Concelho. -----

-----**DEPUTADO MANUEL CARVALHO:** Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que gostava que todos os ofícios que a Junta de Freguesia do Amieiro lhe envia tivessem resposta, pois tal nunca acontece. Lembra que alguns dos ofícios são a solicitar que sejam enviados os resultados das análises da água das nascentes do Amieiro, para poderem expor a toda a população pois não sabem em que condições estão a beber a água. Lembra ainda que já efectuou o pedido para que fossem limpos os nascentes dos depósitos da água do Amieiro porque há cerca de oito anos que não são limpos, no entanto ainda não procederam à referida limpeza. Foca o tracejado da estrada entre S. Mamede e o Amieiro e questiona se este vai apenas até Safres ou se vai continuar até ao Amieiro. Pergunta ainda se já mandou elaborar o projecto do TER (Turismo em Espaço Rural) para o Amieiro visto já estarem em meados de 2008 e o Sr. Presidente da Câmara prometeu que durante 2008 estaria pronto. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à reunião dos Presidentes de Câmara e estrutura Missão do Douro, no que diz respeito ao Tua, teve como objectivo, tal como apareceu na comunicação social, encontrar uma resposta conjunta à questão de um projecto de desenvolvimento integrado para todo aquele vale, que salvaguarde os interesses das populações, face à possibilidade, de avançar a Barragem do Tua. O objectivo da reunião teve a ver com uma ideia simples, que se traduz na encomenda de um estudo a uma entidade idónea e competente para as defenderem perante a proposta que vai aparecer da EDP, relativamente à hipotética construção da Barragem, não apenas na perspectiva de salvaguardar as indemnizações das populações, mas numa verdadeira perspectiva de apresentação de um plano de desenvolvimento integrado para todo o vale, que abarque questões tal como a que referiu o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Amieiro, no que diz respeito ao TER (Turismo em Espaço Rural), que garanta um conjunto de cais, pelo menos um por cada

Concelho, para assim garantir uma oferta turística com a marca do Vale do Tua; para garantir acessos com mais qualidade e mais qualificados, de forma a investirem na agricultura, no turismo, no ambiente e não terem apenas a realização do espelho de água das obras de aproveitamento hidroeléctrico da Foz do Tua. Pretenderam ainda saber até que ponto podem conciliar a intervenção na paisagem com a preservação da Linha do Tua. Indica que o objectivo é verem até que ponto há uma solução que seja benéfica para ambas as partes e que consiga encontrar o equilíbrio entre conservar e transformar todo o Vale, de forma a terem um benefício não apenas no imediato, mas para o futuro, para todas as populações dos respectivos Concelhos. Esta reunião foi apadrinhada pela Estrutura de Missão do Douro porque é esse um dos objectivos fundamentais desta Estrutura: conciliar intervenção pública e privada para promover o desenvolvimento sustentado e equilibrado de toda a região. No que diz respeito à sua eleição para vogal da Comissão Permanente da CCDRN, indica que este é um órgão que se vai pronunciar sobre o próximo Quadro Comunitário de Apoio e sobre os Fundos que vão ser disponibilizados para o próprio País. Esclarece que está instituído na Lei Orgânica do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território que as CCDR tenham um vogal que pertence à Comissão Permanente e desta forma represente todos os Autarcas de uma dada região. No que diz respeito à “Feira da Laranja” de S. Mamede de Ribatua e a todos os que referiram a realização deste evento, recorda que foi sempre aposta deste Executivo, já no Mandato anterior, estimular o aparecimento destas feiras, nas diferentes Freguesias e apoiar-las quando elas surgem da iniciativa de cada Freguesia e também da vontade da própria sociedade civil dessa mesma Freguesia. Lembra que foi o que aconteceu em S. Mamede de Ribatua assim como já aconteceu noutros lugares do Concelho, sendo objectivo e desejo que pudessem multiplicar este tipo de feiras sobretudo para ser uma montra da excelência dos produtos do Concelho. Informa que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de S. Mamede de Ribatua, ajudaram uma Associação local a realizar o referido evento e este tipo de organização representa aquilo que pretendem, ou seja, que actuem ao nível da Câmara, da Junta de Freguesia mas também e sobretudo, ao nível da realidade local, porque não interessa estarem a fazer eventos desta natureza, quando ao nível do local, não há dinamismo, não há vontade ou até necessidade de fazer este tipo de realizações. Indica que têm que actuar não só ao nível da oferta, mas também ao nível da procura. Neste caso concreto,

foi a procura deste evento que objectivou a necessidade da Junta e da Câmara, de criar as condições logísticas e necessárias para que o mesmo se realizasse, tendo a preocupação de uma enorme contenção orçamental. Indica ainda que não é possível realizar uma grande feira com grandes gastos, em todas as Freguesias do Concelho porque para tal não chegava a verba que está orçamentada no P.A.M. da própria Câmara. Este tipo de feiras, sempre foram estimuladas e pensa que a própria “Revidouro”, enquanto feira do Concelho, tem como objectivo fundamental, o aparecimento desta feiras de carácter económico, enquadradas com a realidade de cada Freguesia, tal como já foi feito na Freguesia de Vila Chã, realizada com o trigo, com o centeio, com uma tradição local, assim como foi igualmente realizada durante muitos anos a “Feira dos Produtos da Terra” em Carlão, entre outras no Concelho, resultantes dessa mesma dinâmica de cada Freguesia. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Jaime Cardoso, relativamente à correspondência, tal como já foi referido noutras ocasiões, quando há feriados e fins-de-semana têm a preocupação de a fazer chegar pessoalmente a cada Sr. Deputado. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Joaquim Veiga sobre o IC5, o que se passa relativamente a esta matéria, é um desconhecimento da comunicação social e falta de profissionalismo uma vez que referem sempre Murça, reportando-se ao primeiro Plano Rodoviário Nacional, no qual a ligação do IC5 passava por Murça. Lembra que foi no tempo do Dr. Cêrca, como Presidente da Câmara, que o respectivo Executivo, conjuntamente com as Câmaras de Carrazeda, Vila Flor, Alfândega da Fé, Mogadouro, etc, deslocaram-se a Lisboa e garantiram com o Governo de então, o desvio do traçado do IC5, de Murça para o Pópulo – Alijó, com o argumento de que Murça já estava a ser servido por uma via rápida, o IP4. Indica que já referiu esta situação numa cerimónia oficial, na presença de Sua Excelência o Sr. Primeiro – Ministro, o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas e o Sr. Ministro das Obras Públicas, após um jornalista ter focado esta matéria e referido Murça. Informa que o concurso já foi aberto, a Câmara já recebeu propostas no que diz respeito ao traçado, às Freguesias por onde vai passar e os Srs. Presidentes de Junta das Freguesias também já receberam propostas do estudo de impacto ambiental e do próprio traçado porque houve três propostas de traçado, sendo escolhido um em concreto. Vai ser efectuada ligação do Pópulo à actual Variante, Casas da Serra, Franzilhal, perto do Amieiro, Pombal, Carrazeda de Ansiães, etc, até ligar ao IP2 em Miranda do

Douro e Espanha. Indica que na zona do Tua vai ficar uma grande obra de arte com grande impacto, ou seja, uma ponte com um impacto semelhante à ponte da Régua, sendo a única hipótese de ultrapassar o vão do rio, ficando com uma altura superior à cota máxima prevista para a Barragem do Tua, caso venha a ser concretizada, como é previsível. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado António Lousa, no que concerne à água sem pressão e a resposta que lhe foi dada pela Eng.^a Noémia Santos das Águas de Trás os Montes e Alto Douro, indica que a Câmara ainda é responsável pela água em baixa e a água em alta é da responsabilidade das Águas de Trás os Montes e Alto Douro. Indica ainda que vão averiguar a situação e assumir responsabilidades, caso seja essa a situação. Informa todos os presentes que as Águas de Trás os Montes e Alto Douro estão a apresentar às Câmaras um estudo da água em baixa, o qual vão analisar para em conjunto poderem tomar uma decisão no sentido de saber se eles ficam com tudo ou se vão continuar no sistema híbrido. No que diz respeito à habitação social, esclarece que a Lei permite que quando as casas ficam devolutas, abram concurso para uma nova ocupação, mas se não houver nada relativamente aos actuais ocupantes, que motive um concurso sobre aquelas que estão ocupadas, a própria Lei não o permite fazer. Esta situação só poderá alterar-se se aqueles que as ocupam não cumprirem com as suas obrigações. No que diz respeito aos “Monstros” e questão da produção integrada, refere que a factura que a Câmara paga, assim como todas as outras, em matéria ambiental, aumenta diariamente e apesar de não quererem que diminua, no sentido de diminuir a oferta de serviço, gostariam que diminuísse a factura, para obter um ambiente saudável e que possibilite que o Concelho de Alijó seja um Concelho de referência na área do ambiente e do turismo. Os contentores de recolha de “monstros” foram colocados na sequência de várias intervenções feitas na Assembleia Municipal, com o objectivo de eliminar a dissonância ambiental de todo o tipo de “monstros”. Indica ainda que não há situações perfeitas e desconhece solução ambiental alguma que não tenha efeitos secundários, no entanto podem verificar com a empresa responsável, Serurb que passou para o Grupo SUMA, até que ponto podem atenuar/diminuir o efeito secundário que o Sr. Deputado referiu. Relativamente às licenças de caça e aos cartuchos, existe legislação específica sobre esta matéria, ou seja, os caçadores não podem deixar os cartuchos onde fazem as suas caçadas, devendo proceder à recolha dos mesmos. No que diz respeito ao Hitler,

ao Pasquim, referência ao Partido Social Democrata, indica que não comenta situações que desconhece em absoluto. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado António Fernandes no que concerne aos GAC (Gabinetes de Apoio ao Cidadão), relembra a todos os presentes na Assembleia que este processo começou no tempo em que o Dr. Cêrca era Presidente da Câmara, foi uma parceria entre todas as Autarquias da região e o serviço cooperativo da extensão da UTAD. Nessa altura, o referido serviço seleccionou, com base em três critérios: território, população e distância à Sede, um conjunto de Freguesias que deveriam ter este tipo de serviço. O objectivo seria, num futuro que todos pudessem ter, mas inicialmente foi feita a selecção com base nos critérios apontados visando possibilitar a essas Freguesias, um primeiro acesso à sociedade da informação e do conhecimento, sem terem que se deslocar à Sede do Concelho, tratando ainda um conjunto de situações, tal como referiu o Sr. Deputado, através deste serviço. Este projecto era financiado por Fundos Comunitários, o qual acabou, verificando-se duas atitudes por parte das Câmaras: algumas acabaram com o serviço e outras, onde está incluída a Câmara Municipal de Alijó, que acharam que não deviam retirar esses serviços às Freguesias, mesmo correndo o risco de uma injustiça relativamente aquelas que o não têm. Desta forma mantiveram o serviço nas condições que têm mantido até à presente data para que as populações não deixem de usufruir do mesmo. No que diz respeito às Casas de Cultura e subsídios de manutenção das mesmas, relembra que quando iniciaram funções, ainda no Mandato anterior, adoptaram uma estratégia no que diz respeito aos subsídios para a cultura, que assentava basicamente em dois pressupostos: despesas mínimas para manutenção e num outro que tinha a ver com o respectivo Plano de Actividades, apoiando em função das actividades previstas e efectivamente realizadas. Relembra que a Câmara tem tido uma enorme compreensão e tolerância relativamente a esta matéria porque normalmente os respectivos Planos de Actividades, na sua esmagadora maioria, não são apresentados atempadamente, no entanto como sabem o que pretendem fazer, vão fazendo uma previsão relativamente a essa matéria. Esclarece que o apoio é prestado em função do grau de execução daquilo que está previsto nesse Plano de Actividades. No que diz respeito ao concerto do 25 de Abril, indica que não teve possibilidade de estar presente, pois encontrava-se em S. Mamede de Ribatua a assistir a uma outra actividade integrada dentro do referido dia, no entanto teve

conhecimento que foi um excelente concerto, como normalmente acontece com as músicas de intervenção relacionadas com o 25 de Abril, porque para além do aspecto musical e estético, tem a componente marcante de um espaço e de um tempo que foi muito importante para a afirmação da Liberdade e da Democracia em Portugal. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Mário André, no que concerne à intervenção na escola do 1.º Ciclo de Vilar de Maçada, o assunto está entregue ao Sr. Vereador e à DREN para ver que tipo de intervenção lá deve ser concluída. No que diz respeito às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, tal como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã tem conhecimento, realizaram no terreno, uma reunião com o Dr. Alexandre Chaves, o responsável das Águas de Trás os Montes e Alto Douro, onde ele garantiu que toda a intervenção iria ser devidamente compensada e que estavam a utilizar aquela parte da valeta para não danificar o alcatrão. Esclarece que as Águas de Trás os Montes e Alto Douro não têm sido muito profícuas e eficazes nesta compensação, no entanto estão atentos e vão continuar a pugnar para que depois da obra concluída, a substituição das valetas se faça com a máxima qualidade possível, mantendo no mínimo o que estava anteriormente. No que diz respeito à revisão do Plano Director Municipal, informa que a previsão é que pelo menos a possam realizar até ao final do Mandato. Houve uma alteração legislativa que implicou uma simplificação nos processos de revisão, implicou uma alteração da Comissão de Acompanhamento como foi conhecido na última Assembleia Municipal, onde elegeram um representante. Esclarece ainda que a ideia da CCDR e do próprio Governo, é criar condições para que a revisão seja feita no mais curto espaço de tempo possível. A Câmara Municipal tem uma equipa interdisciplinar que está a tratar desta matéria, para além da equipa externa que está entregue à UTAD, liderada pelo Eng. Luís Ramos. Indica ainda que vão fazer com que este desafio seja cumprido e aproveita a oportunidade para informar toda a Assembleia que para além da reunião com os Srs. Presidentes de Junta, vão fazer uma reunião no dia 05 de Maio com os restantes membros do Executivo não permanente, ou seja, com os Srs. Vereadores do Partido Social Democrata, para se inteirarem desta matéria e esta ser o mais participada possível. Vão fazer com que esta fase do processo seja acelerada, tentando conciliar as duas componentes: a participação e a maior transparência possível, com a eficácia e a rapidez. No que diz respeito à resposta dos ofícios, o Sr. Presidente de Junta tem conhecimento que não

responde a todos, porque existem matérias que estão delegadas e são enviados para quem tem as respectivas responsabilidades, no entanto, indica que vai verificar as entradas dos ofícios. Indica ainda que se existir desconforto por parte do Sr. Deputado, este poderá apresentar cópia de todos os ofícios enviados, analisando os que não foram respondidos e porquê, pois o seu desejo é responder a todos. No que diz respeito à nascente de água do Amieiro, indica que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia tem conhecimento que já fizeram ao local um visita de estudo, com a equipa da Câmara e das Águas de Trás os Montes e Alto Douro, que ficou de estudar uma solução em definitivo para toda aquela zona. No que diz respeito à estrada entre S. Mamede e Amieiro, pensa que o tracejado ainda está a meio, mas será para concluir. No que diz respeito ao TER (Turismo em Espaço Rural) do Amieiro que tem a ver com a recuperação da antiga escola primária, refere que ainda não têm as escolas totalmente na sua posse, mas as diferentes funcionalidades que lhe queiram dar, já estão presentes em todos. Pensa ainda que até ao final do ano terão esta situação resolvida, bem como todas as outras Freguesias que estão a procurar outros fins para as respectivas escolas que se encontram devolutas. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO LAURINDO MIRANDA:** Lembra que já colocou a questão do ramal de estrada em direcção a Vilarinho de Cotas ao Sr. Presidente da Câmara, pois é um ramal muito estreito, levando a que os camiões que por ali circulam, tenham dificuldades, acabando por ficar entalados, como já aconteceu várias vezes. Indica que estão a fazer as marcas no meio da estrada entre Favaios e Pinhão, onde nasce o referido ramal, no entanto, a seu ver, as referidas marcas não vão resolver o problema. Refere ainda a colocação de tapete na estrada entre Pinhão e Casal de Loivos e questiona porque não chega o mesmo até Vilarinho de Cotas, uma vez que apenas dista 1,5 km. -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Inicia a sua intervenção esclarecendo que a propósito da questão do IC5, na resposta do Sr. Presidente da Câmara, aceita a explicação do mesmo relativamente ao que se passou nos Mandatos do Sr. Dr. Cêrca e no actual Mandato, no entanto refere que o IC, inicialmente, no Plano Rodoviário nos catorze anos em que foi Presidente

da Câmara, sempre esteve previsto, exactamente com o traçado passando pelo Concelho de Alijó e a prova provada, é que o próprio nó, tem a ligação prevista para Vila Pouca. O IC5 até Vila Pouca, coincidia com o traçado da actual auto – estrada, vindo directo de Vila Pouca ao nó do Pópulo, seguindo pelo Concelho de Alijó, para Carrazeda e Vila Flor. A prova desta situação foi verificada aquando da tentativa de construção de uma ponte sobre o Rio Tua no Amieiro. Lembra que nessa altura tentaram sensibilizar a Junta Autónoma de Estradas para fazer a referida ponte, no entanto obtiveram que a mesma seria feita, integrando o IC5, mas sempre a uma cota superior sobre o rio, com 90 metros. Reforça a explicação do Sr. Presidente da Câmara que teve conhecimento que havia um grupo de Autarcas que tinha como principal mentor, o ex colega, Presidente da Câmara de Carrazeda, que tinha muito interesse que o IC5 se aproximasse da Sra. da Ribeira, no limite do Concelho de Carrazeda de Ansiães. Indica ainda que havia interesses particulares devido a uma pequena zona turística para que o traçado do IC 5 se aproximasse dessa zona. Pensa que foi por influência em Lisboa, que começou a aparecer a ideia de deslocar do Pópulo para o Franco, onde haveria depois uma sobreposição do IC5 ao IP, até ao Franco e depois sairia do Franco para a Sra. da Ribeira. Congratula-se com o facto de terem conseguido reverter esta situação, porque é importante que o IC5 passe por Alijó e não pelo Franco. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Foca a intervenção do seu colega de Vilar de Maçada, a qual acha bastante oportuna. Confirma a sua presença no local com o Sr. Presidente da Câmara e o Presidente das Águas de Trás os Montes e Alto Douro, sendo ainda verdade que fizeram todas as promessas e ficou tudo assegurado, inclusive ficou acordado que, aquando da entrega da obra, estariam todos presentes e assim aferirem se tudo estaria bem. No entanto afirma-se preocupado pois é sabedor que não têm conhecimento daquilo que o Sr. Presidente das Águas de Trás os Montes e Alto Douro se comprometeu. Indica que já deu conhecimento desta situação ao Sr. Presidente da Câmara e gostaria de saber se tem alguma informação que possa ser transmitida, porque o que se passa na Freguesia de Vila Chã, passa-se na Freguesia de Vilar de Maçada, sendo legítima a preocupação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vilar de Maçada. Indica ainda que os bocados que já rebentaram são muitos e os remendos não irão ligar com o tapete já consistente porque não é feito em simultâneo, tornando muito frágil o lado esquerdo da estrada,

onde a terra foi removida. Pergunta ainda ao Sr. Presidente da Câmara se tem alguma informação sobre a ETAR de Vila Chã, pois foi assumido pelo Sr. Presidente das Águas de Trás os Montes e Alto Douro que esta iria começar brevemente, por volta do mês de Fevereiro ou Março. Relativamente aos GAC (Gabinete de Apoio ao Cidadão) indica que nunca esteve em causa que estes fechassem a quem os tem. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã defende que irá defender sempre que, entende que há condições para que seja mais abrangente. Indica ainda que quando enalteceu, pretendeu dizer que é um serviço de extrema importância, o qual aplaude e é de opinião que se deve manter onde está, mesmo sob a pena de não ser abrangente a outras Freguesias. Relativamente às Casas de Cultura, afirma que também sabe o que é um plano e Orçamento e o que é uma realização da actividade das instituições, do que realizam durante todo o ano, sabendo qual a diferença entre isso e o subsídio de manutenção. O subsídio de manutenção é para as Casas de Cultura que não realizam actividade mas há um património, o qual tem que ser mantido e não se degrade. Indica que tiveram uma boa prova em S. Mamede de Ribatua, pois pode uma determinada instituição estar alguns anos sem grande actividade e posteriormente, por uma qualquer razão, fazer uma feira ou outro evento. Estando o património preservado, a qualquer momento há condições para realizarem um evento que vá de encontro às necessidades das pessoas. Esclarece ainda que o subsídio de manutenção é só para manter o património, as infra estruturas em condições para serem reactivadas a qualquer momento. -----

-----**DEPUTADO MÁRIO ANDRÉ:** Ainda no seguimento da questão da obra realizada pelas Águas de Trás os Montes e Alto Douro, alerta o Sr. Presidente da Câmara para uma situação importante que necessita ser resolvida. Dá conhecimento que talvez por coincidência, ainda sem a obra das Águas de Trás os Montes e Alto Douro estar concluída, estavam em simultâneo a proceder à marcação da estrada entre Vilar de Maçada e Chã. A berma do lado direito, no sentido Vilar de Maçada – Chã, está com diversas interrupções devido ao facto da obra realizada. Indica que esta é uma situação importante que deve ser revista. Pede ao Sr. Presidente da Câmara, com algum carácter de urgência que veja a questão das escolas, junto do Ministério da Educação, pois estão inactivas em três lugares da sua Freguesia, ou seja, Francelos, Sanradela e Cabeda, onde as populações pretendem dar alguma ocupação aos espaços. Indica ainda que quanto mais tempo

deixarem passar, mais as escolas se degradam. Como Presidente de Junta e apesar da sua pouca experiência, vem em defesa do Sr. Presidente da Câmara, no que toca à intervenção do Sr. Deputado António Lousa, relativamente à questão da água e respectivas rupturas, indicando que é uma situação complicada pois tem conhecimento do que se passa na sua Freguesia. As canalizações são velhas, respondendo por vezes às pessoas que “elas pensam que a água não falha na casa do Presidente da Junta de Freguesia”. Finaliza apelando à flexibilidade, pois as rupturas acontecem, pois há obras a realizar. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA:** Dirige-se ao Sr. Presidente da Câmara dizendo que quando focou o plano das casas que estavam por atribuir se baseou na sua Informação onde se pode ler: “Informação e orientação sobre programas ou medidas de apoio à habitação: atribuição de um fogo no Conjunto Habitacional de Casal de Loivos; Abertura de novo concurso para atribuição de dois fogos no Conjunto Habitacional de Cotas”. Indica que estas casas estavam desabitadas e em Pegarinhos também existem duas casas desocupadas, tendo sido já abordado por um casal para ocupação de uma. Pergunta porque não foram estas duas habitações a concurso. Relativamente à água, esclarece que quando referiu o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã, apenas o fez porque os técnicos o informaram que já tinham informação do Sr. Presidente da Junta sobre a falta de pressão. Informa que esta situação se verifica há cerca de quinze dias e sobre a qual a técnica respondeu “nós já herdámos isso da Câmara Municipal de Alijó”. Indica que ripostou observando que os mesmos estão com o poder há oito meses e não conseguiram resolver esta questão. Questiona sobre a Barragem, se a mesma for feita, qual será a cota da mesma. Lembra que na última Sessão da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara deu algumas ideias de como se combatia a interioridade no Concelho de Alijó e indica que também tem algumas ideias para a desertificação do Concelho de Alijó. Este é um Concelho vinhateiro, vive tudo à base do vinho e quando este se encontra em crise, 90% do Concelho “fica a tremer”. Indica ainda que o Concelho tem uma das piores redes vicinais de caminhos no Concelho de Alijó e questiona o Sr. Presidente da Câmara porque não cria uma empresa Municipal com as verbas que distribui a todas as Freguesias, criando um fundo, coloca o Gabinete Técnico a trabalhar e vai buscar à DREN as verbas, fazendo um plano sustentado de redes e caminhos vicinais. Questiona ainda o Sr. Presidente da Câmara se já

passou na rotunda que estão a fazer em Favaios pois tem uns muros que embelezam a mesma com muita categoria. Solicita ainda que compare a rotunda de Favaios com a rotunda do Intermarché, no meio da Vila. Informa que existem verbas sustentadas da Comunidade para com parecerias com os proprietários fazer uma rectificação de todos os muros dentro da zona Vinhateira. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, pretende fazer um pequeno comentário, acrescentando à verdade do Dr. Aníbal Ferreira, a qual é inquestionável, a sua verdade, porque também passada em tempos diferentes, separada por alguns anos. Lembra que por ocasião da inauguração do IP4 e numa paragem em que o Prof. Cavaco Silva à época era Primeiro – Ministro, na parte superior do IP4, no acesso, foi-lhe apresentada, na sua presença, a possibilidade de alternativas do IC5 com um trajecto A e um trajecto B, pelo então Presidente das Estradas de Portugal ou da JAE, o Eng. Rangel de Lima. Havia uma sobreposição de traçado, numa das alternativas sobre o IP4 a ir ao Franco. Indica que reivindicava o traçado que agora está aprovado e o Prof. Cavaco Silva, em tom irónico dizia: ”mas a diferença de valores informada pelo Eng. Rangel de Lima era de seis milhões de contos, que era quanto custaria a não sobreposição do traçado. Entretanto o Prof. Cavaco Silva saiu do Governo, entrou o Eng. Guterres e o então Presidente da Câmara de Murça, José Gomes, queria que a estrada entrasse no Franco ou fosse sobreposta no IP4 até ao Franco, entrando significativamente no Concelho de Murça. Lembra que todos os Srs. Presidentes de Câmara abrangidos pelo IC5: Manuel Rodrigo, Presidente da Câmara de Miranda do Douro; Manuel Cunha, Presidente da Câmara de Alfândega da Fé; Artur Pimentel, Presidente da Câmara de Vila Flor; Joaquim Pires, Presidente da Câmara de Mogadouro, Eugénio Castro, Presidente da Câmara de Carrazeda de Ansiães e ele próprio, na qualidade de Presidente da Câmara de Alijó, se deslocaram ao Ministro Vieira da Silva, colocando como alternativa nossa estrada e abdicando que a nova estrada que agora termina junto à Anta, não indo até ao Pópulo, porque o futuro IC5 iria entrar ali. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos e apresentar o *Ponto Um da Ordem de Trabalhos “Exposição do Senhor Presidente da Câmara”*-----

-----O **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA** introduz o *Primeiro Ponto da Ordem de*

Trabalhos. (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Deputados Municipais e cujo teor é o que se segue). **EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante aos meses de Fevereiro de 2008 (segunda quinzena), Março e início de Abril de 2008. **1 – Situação Financeira da Autarquia:** Até à data da presente informação, a Câmara Municipal de Alijó tem em dívida sensivelmente €7.600.000,00. Só a dívida de investimento representa cerca de 84%, está reflectida nesta percentagem o valor correspondente às dívidas de obras comparticipadas por fundos comunitários. A dívida a empreiteiros está cedida na sua grande maioria a sociedades financeiras, através de operações de factoring, sendo paga de acordo com os planos de pagamento. No que respeita a transferências para as Freguesias, as despesas escolares estão em processamento, bem como os duodécimos referentes a meses anteriores. Quanto ao pagamento da dívida, estas têm sido efectuadas de acordo com a disponibilidade financeira do Município. Relativamente aos encargos bancários, estes são pagos de acordo com as cláusulas contratuais. Aguarda o Município nesta data, pelo parecer da Secretaria de Estado da Administração Local, para poder efectuar a operação de crédito bancário, aprovado em Assembleia Municipal de Dezembro de 2007. **2 – Actividade do Município:** **a – Actividade administrativa e de prestação de serviços** Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. **b – Actividade cultural e desportiva:** a – Actividade cultural:

Biblioteca Municipal

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>
Fevereiro	1	85
Março	24	114
Abril	5	84

Biblioteca Itinerante

<u>Mês</u>	<u>Livros requisitados</u>
Fevereiro	402
Março	537
Abril	408

Auditório Municipal

Estatísticas**Fevereiro**

Cinema	O Tesouro	95
Cinema	Call Girl	235
Cinema	Jogos de Poder	61
Cinema	A História de Uma Abelha	28
Teatro	Auto da Barca do Inferno	100
Colóquio	Jornada da Saúde Materna	200
Música	A4 Jazz Band	67

Março

Música	Concerto de Primavera	240
Teatro	Novecentos	25
Cinema	Saw 4	41
Cinema	Alvin e os Esquilos	58
Cinema	O comboio das 3 e 10	43
Cinema	Asterix e Obelix – Jogos Olímpicos	84
Teatro	O Grilo Verde	478
Teatro	À Procura do ÓÓ Perdido	395

Cinema	Expição	43
Abril		
Teatro	Quando o Amor é de Perdição	76
Cinema	Jumper	41
Cinema	Asterix e Obelix – Jogos Olímpicos	240

Espaço Internet: Fevereiro: 2394 utilizadores, Média de idades: 19,1; Março: 1965 utilizadores, Média de idades: 19,2; Abril: 1220 utilizadores, Média de idades: 19,2; b – Actividade desportiva: Actividades de Carácter Contínuo: Escola de Natação – continuação das actividades da Escola, que está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16 anos; adultos), que se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step e Localizada. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico e a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física “indoor” realizar uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente. Actividades de Academia – Aulas de Danças Latinas e Hip-hop dirigidas a todas as faixas etárias e para todos os amantes da dança e do movimento. Desta forma podemos alargar a oferta da prática de actividade física “indoor”. Escola de formação desportiva Municipal – Este projecto de animação desportiva proporciona aos jovens do concelho a possibilidade de iniciar e praticar um variado leque de actividades de índole desportiva. Esta actividade funciona todos os sábados de manhã e é enquadrada por professores/treinadores com vasta experiência nas várias disciplinas. Escola de Patinagem e Hóquei em Patins – Implementação de duas novas modalidades, de forma a diversificar a oferta desportiva. Pretendemos desta forma, iniciar a formação de jovens patinadores com a intenção da formação de um clube de Hóquei em Patins.

Entradas no Complexo para utilização da Piscina

Fevereiro 2008

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	326
Escolas 1º ciclo	456
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	592
Lazer	246

Aeróbica	71
Hidroginástica	71
Clube de Natação Alijó	448
Artes Marciais	-----
Danças Latinas	64
Hip-Hop	29
Danças (Ballet)	44
TOTAL	Entradas 2347

Março 2008

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	333
Escolas 1º ciclo	201
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	152
Lazer	268
Aeróbica	84
Hidroginástica	41
Clube de Natação Alijó	368
Artes Marciais	-----
Danças Latinas	50
Hip-Hop	18
Danças (ballet)	44
TOTAL	Entradas 1559

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica. Tendo como principal finalidade minorar os problemas encontrados no dia-a-dia dos munícipes, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão, Pinhão, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), têm desenvolvido diversos esforços nesse sentido. As intermediárias continuam a desenvolver todas as actividades normais, tais como: realização de ofícios e apoio às Juntas de Freguesia onde estão instalados os GAC, assim como, para diversas Instituições: PT, EDP, Centro Nacional de Eleições, Segurança social, requisições diversas à Câmara Municipal, apoio na elaboração de trabalhos informáticos, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas freguesias, elaboração de notícias e reportagens para o Portal Espigueiro. A pesquisa e navegação na Internet continua a

ser uma das actividades mais requisitadas, verificando-se cada vez mais, uma maior independência nas pessoas, especialmente nos mais jovens, nessas tarefas, tendo sempre o auxílio das intermediárias. Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentando resolver os problemas informáticos que têm surgido. Tem sido a ponte entre os GAC, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos munícipes que frequentam esses Gabinetes. A colocação de informações no Sítio da Câmara, assim como no painel electrónico existente no jardim Dr. Matos Cordeiro, também têm sido uma função executada pelo Agente do GEA.

Alguns Números:

GAC	FEVEREIRO	MARÇO
CARLÃO	350	550
PINHÃO	434	462
SANFINS DO DOURO	1353	1272
VILAR DE MAÇADA	596	715

De salientar que os números presentes são referentes a utilizadores e não a utilizações, já que um utilizador pode requerer mais do que um serviço e só é contabilizado uma única vez. **d – Posto de Turismo ;** Fevereiro: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de treze portugueses, dois canadianos, um holandês, dois ingleses, e um emigrante. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Março: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de trinta portugueses, dois alemães, um holandês, dois ingleses e um francês. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo. Abril: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de quatro portugueses, quatro norte americanos, dois holandeses, sete ingleses e dois brasileiros. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Continuação do Curso de Pintura a Óleo. **g – Obras e Intervenções Municipais:** * Reparação de rupturas de água; * Tapagem de buracos e colocação de massa betuminosa; * Colocação de sinalética vertical no concelho; * Trabalhos vários em diversas escolas do 1.º ciclo do ensino básico e infantários; * Desentupimento de saneamentos, fontanários, ribeiros e limpeza de nascentes; * Limpeza de estradas, caminhos e aterros; * Arranjo de caminhos e passeios; * Trabalhos vários no edifício da Biblioteca Municipal; * Distribuição de briquetes pelas escolas; * Trabalhos vários na área envolvente da Anta da Fonte Coberta; * Reparação de uma parede danificada com a obra de saneamento em Carlão; * Obras de conservação da Igreja de Vila Chã; * Abertura de estradas; * Montagem de barracas e palcos para a Feira da Laranja em São Mamede de Ribatua; * Limpeza de depósitos; * Trabalhos vários no gabinete de acção social, no edifício da Câmara Municipal; * Limpeza de jardins; * Arranjo de passeios; * Colocação de contadores; * Demolição de uma casa em Cheires; * Trabalhos vários no edifício dos bombeiros; * Trabalhos vários no edifício do Tribunal; * Transporte de postes de iluminação para a

variante de Favaios; - **Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos:** - Construção do Muro da Rua da Estrada Nacional em Vilar de Maçada – em concurso; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Acesso à Estação do Tua) – em concurso; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Acesso ao Cemitério de Pegarinhos) – em concurso; - Construção e Reparação de Muros Degradados (Sanradela) – em concurso; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Rua Direita na Chã e Passeios na Estrada Nacional 212) – em concurso; - Execução do Parque de Estacionamento do Pavilhão Gimnodesportivo de Alijó – em concurso; - Conservação e Reparação do Edifício – Complexo Desportivo das Piscinas Municipais – em concurso; - Projecto de Remodelação do Edifício Antigo do Centro de Dia de Carlão e Arranjos Exteriores - em concurso; - Projecto de Construção de Balneários nos Polivalentes do Concelho (Sanfins do Douro, Carlão, Vila Chã, S. Mamede Ribatua e Pegarinhos – em concurso; - Projecto do Colector de Saneamento no Parque Industrial com Ligação a Presandães – em concurso; - Projecto de Execução do Centro de Dia do Pinhão – em concurso; - Iluminação da Variante Favaios/Nascente – Execução – em concurso; - Requalificação de Recreios/Espaços de Lazer do Pré-Escolar EB1 do Concelho (Favaios) – em concurso; - Edifícios Escolares – Conservação e Reparação (Escola de Vilar de Maçada – em concurso; - Projecto de Recuperação e Reabilitação da Antiga Residência Paroquial de Sanfins do Douro - em concurso; - Construção e Reparação de Muros Degradados (S. Mamede Ribatua) – em concurso; - Beneficiação de Estradas no Concelho (Casal de Loivos – Pinhão) – adjudicada; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Passeios na Ribalonga) – adjudicada; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho (Jardim de Cheires) – adjudicada; - Projecto de Arquitectura – Construção/Requalificação do Pólo Escolar Integrado de Alijó – Pré-escolar e EB1 – adjudicada; - Parque de Estacionamento dos Autocarros – Construção do Coberto – adjudicada. d – Acção Social: Atendimento / Encaminhamento de situações; Apoio psicossocial; Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e jovens (atendimento, acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias); Projecto "Novos Rumos" – Programa Progride - Medida 2, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Alijó - tem por objectivo intervir junto de famílias disfuncionais, Crianças e Jovens em risco, situações de violência doméstica e criação de um CAO Para deficientes; Continuação das acções promovidas: - Gabinete de Apoio ao Jovem – novo espaço de funcionamento no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal; - Grupos de trabalho com famílias que apresentam dificuldades em gestão doméstica; - Encaminhamento de famílias e outros para formação profissional; - Continuação do estudo sociológico sobre violência doméstica no Concelho; - Continuação do levantamento de dados sobre o abandono escolar no Concelho; - Continuação da 2ª edição do Programa de Treino de Competências Sociais, dirigida a alunos da Escola E,B 2,3 de Alijó; - Continuação das acções de Orientação vocacional para jovens; - Reabilitação habitacional – 1 situação em parceria com a Autarquia;- Elaboração de Parceria com Centro de Saúde, no âmbito do planeamento familiar; - Implementação de Acções de Promoção para a Saúde, no 1º Ciclo e no Pré-Escolar em parceria com o Centro de Saúde e as Escolas; - Acompanhamento psicológico dos alunos do pré-escolar e 1º ciclo do Concelho; - Criação de uma bolsa de formação. Apoio a Idosos e Deficientes: - Dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as

solicitações a nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados, tais como, cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. De forma a rentabilizar estes equipamentos, adoptou-se a modalidade de empréstimo. Sempre que as famílias deixem de necessitar dos equipamentos, estes são devolvidos à Autarquia para serem emprestados a outros idosos. - encontram-se emprestadas 20 camas hospitalares no Castedo, Alijó, Carlão, Sanfins do Douro, Vila Verde, Vilar de Maçada, S. Mamede de Ribatua, Pegarinhos e Vila Chã, Vilar de Maçada, de Dezembro a Fevereiro foram atribuídas 3 camas, nas freguesias de Vilar de Maçada, Pegarinhos e Vila Verde;- atribuição de fraldas a idosos e deficientes acamados das Freguesias de Vilar de Maçada, Pegarinhos e Vila Verde; - encontram-se emprestadas 18 cadeiras, no Castedo, Alijó, Carlão, Vilarinho de Cotas, São Mamede de Ribatua, Vila Chã, Sanfins do Douro, Vilar de Maçada e Pegarinhos. Habitação: - Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos, (Alijó, Cabeda, Cotas, Carlão); - Acompanhamento psicossocial dos agregados intervencionados; - Informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação; - Programa “Solarh” N.º de processos concluídos desde o início do Programa – 18,N.º de processos entrados – 0, N.º de processos aprovados – 2 N.º de processos aprovados e que se encontram em fase de obras – 6, N.º de processos a aguardar aprovação – 0, N.º de processos a aguardar parecer técnico da Câmara – 0, N.º de processos indeferidos – 0, N.º de processos suspenso – 0, N.º de desistências – 0, b - Educação: Distribuição de briquetes pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância Públicos; Distribuição de aquecedores pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância Públicos que não dispõem de aquecimento a biomassa florestal; Transferência e reparação de salamandras a biomassa florestal; Ampliação da rede de calor instalada no JI e Escola 1º CEB de Favaio; Distribuição de material de limpeza pelas Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância Públicos; Actividades de Enriquecimento Curricular para todos os alunos do 1º CEB (Actividade Física e Desportiva e Ensino da Música para todos os anos de escolaridade, Expressões para os 1º e 2º anos de escolaridade e Ensino de Inglês para os 3º e 4º anos de escolaridade) – aquisição de materiais para as diferentes áreas e contratação de pessoal docente; Fornecimento de refeições escolares em todas as Escolas do 1º CEB; Implementação do sistema de Acção Social Escolar para apoios económicos à alimentação no 1º CEB; Fornecimento de refeições escolares gratuitas e prolongamento de horário em todos os Jardins-de-Infância públicos; Transportes escolares para todos os níveis de ensino, salvaguardando o princípio da uniformização dos horários escolares independentemente da localidade; Transporte das crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico para Piscinas Municipais, no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular; Cedência de transporte para visitas de estudo dos alunos de todas as Escolas do concelho; Cedência de transporte para Desporto Escolar dos Agrupamentos de Escolas e Alijó e do Pinhão; Cedência de transporte a várias instituições do concelho (de carácter social, cultural, recreativo e desportivo); Cedência de transporte a pessoas portadoras de deficiência que frequentam a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Vila Real, a Associação Nuclisol Piaget e a Associação Portuguesa de Pais de Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Sabrosa (transporte diário e transporte semanal);

Assistência técnica ao material informático e de outro tipo instalado nos estabelecimentos de ensino do concelho; Renovação e manutenção dos extintores existentes em todos os estabelecimentos do concelho; Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; Limpeza e desinfeção de edifícios escolares e áreas circundantes; Realização de obras de fundo na Escola 1º CEB de Sanfins do Douro; Divulgação de iniciativas e actividades promovidas por várias entidades junto dos Agrupamentos Verticais de Escolas de Alijó e do Pinhão; Escola Municipal de Música (EMMA) - Formação na área da Música destinada a crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 13 anos; - Actualmente a EMMA é frequentada por 20 alunos a quem são disponibilizadas duas áreas disciplinares: Formação Musical e Instrumento (piano, acordeão ou cavaquinho); Orfeão Municipal – iniciou a sua actividade no dia 2 de Abril de 2008 e funciona semanalmente. Actualmente, existem 26 inscritos com idades superiores a 15 anos. c – Saúde Pública - Inspecção do pescado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê; - Inspecção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro; - Vistorias para concessão de licença de utilização de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a projectos de instalação de explorações pecuárias, e de estabelecimentos de venda de produtos alimentares; - Emissão de pareceres relativos a veículos de venda ambulante de produtos alimentares; - Resolução de queixas de insalubridade apresentadas à Câmara Municipal; - Captura de 5 canídeos em cada mês, e seu posterior envio para o Canil Municipal de Lamego, ao abrigo do protocolo estabelecido com essa edilidade; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Assistência médico-veterinária ao centro de reprodução de coelho bravo da Câmara Municipal de Alijó; - Campanha de vacinação anti-rábica (época especial); - Colaboração técnica com brigadas da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica em acções de vistoria a estabelecimentos de restauração no concelho de Alijó;

e – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento

Local

Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó (Sector Agro-Pecuário: Alijó).	. GADL; . Promotor; . Divisão de Planeamento Urbanístico da CMA; . Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.	. Licenciamento da Cozinha Regional de Fumeiro; . Estabelecimento de Venda Directa; . Verificação das condições criadas para o licenciamento do espaço e dos produtos de fumeiro produzidos.	. Vistoria efectuada pela CMA e Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.
Concelho de Alijó (Sector Agro-Pecuário: - Chã - Pociлга Familiar em Regime	. GADL; . Promotor; . Divisão de Planeamento Urbanístico da CMA; . Médico Veterinário da	. Criação de porcos da raça Bísara em regime semi – extensivo.	. Visitas de trabalho ao local de implantação da Exploração; . Emissão de parecer sobre a natureza e produção do investimento.

Complementar)	CMA.		
Concelho de Alijó – (Sector Agro-Pecuário)	. GADL; . UTAD; . IAAS (Associação Internacional de Estudantes de Agricultura)	. Participação nas jornadas com o objectivo aprofundar conhecimentos científicos que permitam uma melhor orientação das explorações existentes no Concelho. Produção de suínos da raça bísara em regime semi-intensivo e extensivo.	. V Jornadas Internacionais de Suinicultura.
Concelho de Alijó – (Sector Agro-Alimentar)	. GADL; . UTAD; . CETRAD (Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento)	. Participação na discussão e estratégia a seguir na qualificação dos produtos locais.	. Seminário.
Concelho de Alijó – (Sector Agrícola: Pegarinhos, Carlão, Santa Eugénia)	. GADL; . Direcção Regional de Agricultura do Norte	. Participação na sessão de esclarecimento com o objectivo de divulgar e esclarecer os agricultores sobre os apoios disponíveis relativos às medidas Agro-Ambientais, Silvo-Ambientais, Indemnizações Compensatórias e de Intervenção Territorial Integrada no Douro (ITI).	. Sessão de Esclarecimento.
Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA- Proc. DGRF n.º 2596)	. GADL; . Colaborador da CIBIO; . Guarda-florestal Auxiliar; . Conselho Cinegético; . DGRF.	. Melhorar a Gestão da ZCMA.	. Realização de repovoamentos de Perdiz Vermelha e coelho bravo em áreas previamente definidas; . Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados; . Registo Periódico do estado dos bandos de perdizes colocados na ZCMA; . Avaliação periódica dos repovoamentos de coelho bravo efectuados; . Foram efectuadas acções de profilaxia sanitária no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA; . Obras de melhoria das condições do Posto de Reprodução de Coelho Bravo; . Preparação de terrenos que se encontravam como incultos para a realização de sementeiras, bem como a realização de sementeiras em terrenos previamente preparados e definidos para o efeito;

			<ul style="list-style-type: none"> . Preparação, no terreno, de três campos de treino provisórios para a realização da Prova de Santo Huberto; . Preparação da Festa/Convívio do Caçador, tendo em conta a realização de uma Prova de Santo Huberto (Campeonato Regional da 1.ª Região Cinegética) e uma Prova de Galgos; . Declarações comprovativas da entrega das credencias pelos caçadores; . Requerimentos para pedidos de indemnização dos prejuízos causados por algumas espécies cinegéticas e requerimentos para autorização de correcção de densidade ao Javali por prejuízos causados; Serviço administrativo da ZCMA; . Vistorias no campo para decisão dos pedidos de indemnização e recomendação de medidas preventivas; . Tratamento e envio de correspondência ao caçador; . Apuramento dos resultados de exploração cinegética da época venatória 2007/2008, tendo em conta os resultados apresentados nas credenciais entregues pelos caçadores; . Fiscalização da ZCMA; . Elaboração de proposta de alteração à Portaria das Zonas de Caça Municipais; . Acções com vista à correcção da predacção na ZCMA.
Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA- Proc. DGRF n.º 2596)	. GTF, Professora responsável pelo Clube da Floresta.	. Planeamento das actividades.	. Discussão de alguns pontos sobre a realização das actividades da floresta para este ano lectivo.
Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA- Proc. DGRF n.º 2596)	. GTF, EP.	. Execução das limpezas das faixas de gestão de combustível na rede viária nacional.	. Levantamento no terreno, das áreas prioritárias para a execução, por parte da entidade gestora (EP) das faixas de gestão de combustíveis, na rede viária nacional, com início dos trabalhos na Variante à N212.

Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI)	. Presidente do Município, GTF, Aflodounorte, Forestis	. Audiência final da ZIF Alijó Norte.	. Presença na reunião da audiência final da ZIF Alijó Norte, alguns esclarecimentos.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI)	. GTF.	. Semana Florestal na UTAD.	. Sessão pública de divulgação sobre “As iniciativas florestais no âmbito do QREN e PRODER . Demonstração “Equipamento DFCI e de 1ª Intervenção”.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI)	. GADL, GTF, Aflodounorte.	. Execução das limpezas das faixas de gestão de combustível na rede viária municipal.	. Vistoria e acompanhamento à execução dos trabalhos.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI)	. GTF, Técnicos DFCI.	. Avaliação do PMDFCI, Estrutura POM 2008.	. Reunião de trabalho, na sede DGRF em Vila Real, com os GTF’S e técnicos DFCI para avaliação e melhorias dos PMDFCI e a nova estrutura do POM para o ano de 2008, sua actualização.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI)	. GTF, Prof. Isabel (geografia), Eng.º José Rebelo (convidado).	. Aula de sensibilização (turma de 10º ano).	. Temas abordados: Dia Mundial da Floresta, Prevenção e Protecção da Floresta Contra Incêndios, Avisos, Informações e Conselhos.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI)	. GTF, Aflodounorte, Junta Freguesia de Alijó.	. Esclarecimentos à população sobre ZIF’S.	. Sessão de esclarecimento e divulgação dos instrumentos de trabalho para a Floresta, como é o caso das ZIF’S.
Concelho de Alijó (Sector Florestal – PMDFCI)	. GADL, GTF.	. Conselhos sobre queimas e queimadas aos proprietários.	. Aconselhamento, de forma permanente, das medidas preventivas a seguir durante a execução de queimas e queimadas.

Outras actividades relevantes * Celebração de Protocolo no âmbito do “Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas” entre o Município de Alijó e o Instituto de Segurança Social, IP

Alijó, 21 de Abril de 2008, O Presidente da Câmara José Artur Fontes Cascarejo, Dr.

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Agradece ao Sr. Presidente da Assembleia tão profícua e eficaz explicação e dá por encerrada a questão do IC5. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Laurindo, indica que lançaram a obra “Requalificação da Estrada de Casal de Loivos” no Plano de Actividades, a qual já foi a concurso. Esclarece ainda a questão do tapete não continuar até Vilarinho de Cotas, pois deve-se ao facto de estar ao mesmo tempo a decorrer as obras de água, saneamento e respectiva ETAR, que foi há muito tempo a prioridade número um da Junta de Freguesia de Vilarinho de Cotas, porque era um problema ambiental grave. Esclarece ainda que não

podiam ao mesmo tempo estar a pavimentar e a esburacar. A Freguesia vizinha de Casal de Loivos não tinha que ser prejudicada pelo facto de poder ser requalificada, porque está em causa uma questão de segurança rodoviária e não apenas estética ou de oportunidade da obra. Indica ainda que muitas vezes querem fazer tudo ao mesmo tempo e na mesma altura, o que não se torna possível porque os recursos não o permitem. Neste caso concreto, pensa que interpretou bem as prioridades de cada um dos Srs. Presidentes de Junta aquando da reunião preparatória do actual Plano de Actividades. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado António Fernandes no que concerne aos GAC e Casas de Cultura, indica que nada mais tem a acrescentar. Relativamente à ETAR de Vila Chã, indica que não estão porque quando foi assinado o Auto de Consignação da obra, na sequência de uma observação feita pelo Sr. Presidente de Junta, aquando da visita do Dr. Alexandre Chaves à sua Freguesia, foi dito que a localização da ETAR estava errada porque estava muito perto da linha de água da Barragem. Indica ainda que as Águas de Trás os Montes fizeram uma adjudicação, tendo em conta os prazos desta candidatura, porque é uma candidatura a Fundos Comunitários, mas o Executivo exigiu perante os empreiteiros que concorreram e perante a empresa Águas de Trás os Montes e Alto Douro, que a localização da ETAR tinha que ser revista e as Águas de Trás os Montes e Alto Douro ficaram de apresentar uma nova localização para a mesma, no entanto ainda não o fizeram. Informa que ficaram de marcar uma segunda reunião com o Presidente das Águas de Trás os Montes e Alto Douro, no entanto ainda não conseguiram, sendo compreensível porque todos têm andado num corrupio de reuniões, pelo facto de estarem no fecho do Quadro Comunitário de Apoio e início de outro. Indica também que as solicitações são cada vez mais e apela à compreensão de todos para esta situação. No que diz respeito à estrada referida na intervenção do Sr. Deputado Mário André, pensa que houve uma descoordenação entre a intervenção da Câmara e as Águas de Trás os Montes e Alto Douro. A intervenção da Câmara foi no sentido da prevenção rodoviária e não foram informados atempadamente, havendo a referida coincidência no tempo, no entanto quando tiver a reunião com o Dr. Alexandre Chaves irá colocar esta questão. No que diz respeito à questão das escolas, indica que não será necessário repetir o que já tinha afirmado sobre esta matéria, porque a esmagadora maioria dos Srs. Presidentes de Junta já expressaram o que pretendem. Informa que estão na sequência do que foi aprovado na Carta

Educativa, a tentar junto da DREN, fazer pressão para rapidamente poder disponibilizar os espaços e poder reabilitá-los para os diferentes fins que cada Junta de Freguesia entende dar a cada um deles. No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado António Lousa, afirma que só podem comparar o que é comparável e colocaram a concurso as casas de Casal de Loivos e Cotas porque se encontravam devolutas e em condições de segurança para poderem ser habitadas novamente. As duas casas de Pegarinhos mantêm-se desabitadas porque existe um problema de segurança ao nível das infra estruturas, o qual está a ser tratado. No que diz respeito à cota da Barragem e ligações à estrada, indica que relativamente à construção da Barragem se escrevem muitas coisas erradas e erróneas, particularmente sobre a posição das Autarquias. A reunião que tiveram as cinco Autarquias e a Estrutura Missão do Douro, em Carrazeda de Ansiães, foi para poder transmitir uma posição articulada e poderem falar a uma só voz, quer com a comunicação social quer com a EDP. Participaram os cinco: Alijó, Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Murça e Mirandela, mas no final apenas um falou para a comunicação social, lendo um comunicado que basicamente diz que as Câmaras querem o desenvolvimento integrado e sustentado para todo o Vale; querem aproveitar a oportunidade deste investimento para não se limitarem a negociar compensações, mas criarem verdadeiramente uma oportunidade de desenvolvimento integrado para todo o território em questão e conseqüentemente encomendarem um estudo para defender as posições de cada um, tentando ainda conciliar a Barragem com a Linha do Tua. Esclarece que a cota anda entre o limite mínimo de 170 metros e o limite máximo de 195 metros, resultando a solução final, do estudo de avaliação de impacto e do diálogo entre as Câmaras, Estrutura Missão do Douro e a EDP. Esclarece ainda que não querem partir para o referido diálogo apenas com conhecimento de senso comum mas verdadeiramente documentados do ponto de vista científico, ou seja, não pretendem limitar-se a analisar os estudos que a EDP apresenta, pretendendo ter os próprios estudos, para poderem ter mais força negocial e defender não o interesse da EDP mas das Câmaras. Indica ainda que está previsto que as ligações estejam garantidas, em termos de acessibilidade, a todas as comunidades rurais que vão ser servidas pelo Vale, que haja uma ligação entre os cinco Municípios em concreto e que no Vale haja uma nova oferta que não se limite ao aproveitamento hidroelétrico, mas que tenha também uma fortíssima componente nas áreas da agricultura, do turismo, do ambiente e

conservação da natureza, ou seja, em todas as áreas onde seja possível retirar proveito e mais valias para os territórios e respectivas populações, numa perspectiva de intervenção pública, de intervenção privada ou até de intervenção mista. No que diz respeito à zona franca do interior, indica que fez a observação, na sequência de uma pergunta formulada relativamente à sua opinião sobre o que seria de facto necessário fazer, a fundo, sem estarem a falar de paliativos, uma estratégia para de uma vez por todas inverterem a desertificação do interior. Lembra que afirmou que a única estratégia que via, baseada nos dados que possui, seria transformar todo o interior do País numa zona franca, beneficiando quer os que nele habitam, quer os que venham visitar, quer os que também querem investir. Indica que é desta forma que acontece em muitas outras Regiões da Europa, onde se verifica o mesmo problema. Lembra ainda que afirmou que, nenhum Governo, desde o 25 de Abril, até à presente data teve a coragem para tomar esta medida, tendo até quantificado com os dados que tinha. No que diz respeito aos caminhos vicinais, informa que ultrapassaram largamente as possibilidades que o Quadro Comunitário lhes deu, relativamente a candidaturas aos caminhos vicinais, o que está plasmado na Conta de Gerência deste ano. Esclarece ainda que a aposta nos caminhos vicinais fez sempre parte da estratégia do Executivo, desde o primeiro Mandato, bem como uma outra aposta que consiste em a Câmara Municipal pagar um estudo para ser possível concretizar no Concelho de Alijó, a concentração das Adegas para uma mudança de paradigma, no sentido de permitir uma verdadeira profissionalização das mesmas, dando um salto qualitativo, tal como já foi dado do sector leiteiro e com bons resultados. Quando foi aberto o sector leiteiro na Comunidade Europeia, afirmavam que a Parmalat Italiana ia tomar conta de Portugal, no entanto Portugal antecipou-se e constituiu a Lactogal, que actualmente não se afirma em Portugal mas na Europa, porque fez a profissionalização, o salto qualitativo e a mudança de paradigma. Indica que a Câmara Municipal de Alijó não se pode substituir às direcções das respectivas Adegas, nem se pode substituir a outros agentes que por algum motivo acabaram por não dar o nó final. No entanto continuam a acreditar que tal é possível e continuam a batalhar junto do Ministério da Agricultura e do Governo para que o “casamento” ainda se possa concretizar porque têm a obrigação de tudo fazer para que não aconteça a essas Adegas, o que aconteceu à Adega de Sanfins do Douro, que passou para a posse de privados. A única estrutura conhecida que

pode proteger o pequeno e médio agricultor é a estrutura Cooperativa. No que diz respeito à beleza das rotundas e comparação entre elas, indica que estão preocupados com a estética ambiental a este nível e acolhem todas as observações como bem vindas. Indica que a rotunda do Intermarché, do seu ponto de vista, é uma rotunda bem decorada, bonita e foi feita com um curso de um estágio profissional efectuado com o Instituto de Emprego e Formação Profissional de Vila Real, tendo sido os estagiários desse curso, sob orientação do respectivo docente, a decorar a mesma e apelidando de “Rotunda da Oliveira” uma vez que já existia a rotunda do “homem do Douro”. Indica ainda que como estavam na Rota do Vinho do Porto e na Rota do Azeite, entenderam que seria um bom tema para decorar a dita rotunda, no entanto há ainda muitas outras para decorar e tratar do ponto de vista estético, aceitando todas as sugestões, disponibilidade e imaginação dos Srs. Deputados, relativamente a esta matéria. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “*Pedido de Declaração de Utilidade Municipal da construção da ETAR de Carlão*”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Refere que os Srs. Deputado podiam perguntar o porquê de pedir uma Declaração de Utilidade Pública apenas para a ETAR de Carlão e não para todas as ETAR’s que estão a ser construídas ao abrigo de uma candidatura na área do ambiente em quase todas as Freguesias do Concelho de Alijó. Desta forma esclarece que a ETAR de Carlão, inicialmente estava localizada num determinado território, que não era afectado pela reserva ecológica, no entanto quando o empreiteiro foi para o terreno, verificou que necessitava de ocupar uma parte desse território que já era reserva ecológica, havendo necessidade de fazer a desafecção dessa parte para poder avançar. Finaliza esclarecendo que está devidamente fundamentada nos documentos. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre o Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Pensa que a obra em questão é de extrema importância para a Freguesia de Carlão. Questiona quem é a entidade responsável pela execução da mesma, se a Câmara Municipal se as Águas de Trás os Montes e Alto Douro. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Afirma que foi verdade o que o Sr. Presidente disse, não sendo menos verdade que ele próprio também indicou que concordava, desde que não houvesse atrasos por consequência disso. No entanto parece-lhe que os atrasos se estão a verificar. Finaliza informando que vai votar favoravelmente este Ponto. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que se o sistema já estivesse todo entregue às Águas de Trás os Montes e Alto Douro, elas construiriam as ETAR's que estão a construir, acrescidas da construção das mini ETAR's. Indica que esta é mais uma atitude proactiva da Câmara, na área do ambiente, assim como uma aposta estratégica que fizeram em termos de gestão de fundos comunitários do actual Quadro Comunitário que está a terminar. Indica que podiam utilizar o argumento populacional tal como utilizaram as Águas de Trás os Montes e Alto Douro, na análise ao território para não fazer nenhuma das mini ETAR's , pois eles só fizeram as ETAR's que consideravam viáveis e sustentáveis na relação custo/benefício, a partir de um determinado nível populacional a utilizar a respectiva ETAR. Não entanto, o Executivo considera que não deve analisar a questão do ambiente, apenas do ponto de vista da competitividade pura e simples mas também da coesão territorial, porque os municípios são iguais em qualquer parte do Concelho. Utilizaram a verba que estava destinada na área do ambiente, para completar o serviço das Águas de Trás os Montes e Alto Douro, fazendo as mini ETAR's em baixa, que caso não fossem, todas as Freguesias que tinham problemas nesta matéria, continuariam a tê-los, tendo ainda que utilizar estas verbas para resolver estes problemas ambientais, porque as mesmas já não vão constar do próximo Quadro Comunitário de Apoio. Indica que a gestão de Fundos Comunitários é feita por gavetas e por épocas, sendo uma época para estradas, outra para infra estruturas, outra para equipamentos colectivos, etc. No III Quadro Comunitário de Apoio, uma das prioridades do próprio Quadro Comunitário de Apoio era o ambiente, mas no próximo Q.C.A. a prioridade é o POPH – Potencial Humano Recursos Humanos. Todas as Etar's que estão a ser feitas no Concelho de Alijó, à excepção da ETAR de Vila Chã, a de S. Mamede Ribatua, a de Alijó e a do Pinhão, todas as outras estão a ser feitas pela Câmara Municipal de Alijó, ao abrigo da candidatura na área do ambiente. No

que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado António Fernandes, informa que vão batalhar para que o atraso não seja irremediável. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “Pedido de Declaração de Utilidade Municipal da construção da ETAR de Carlão”*, sendo aprovado por unanimidade com 36 votos a favor. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Pedido de adesão da integração do Município de Alijó, na Comunidade Intermunicipal do Douro”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informa que este Ponto da Ordem de Trabalhos está suficientemente claro e clarificado nos documentos que foram entregues. Na sequência da criação da Comunidade Urbana do Douro, a qual foi discutida no Mandato anterior na Assembleia Municipal, acabou por nascer a NUT III Douro, a qual vai dar origem à Associação Intermunicipal do Douro, para gerir os Fundos Comunitários do IV Quadro Comunitário de Apoio. Informa que se não aderissem à referida Associação Intermunicipal, não tinham possibilidade de se candidatarem às verbas que vão ser disponibilizadas desde 2007 a 2013 a todo o País porque praticamente já não há candidaturas Municipais, sendo todas de carácter supra municipal, tendo que ser feitas através das Associações Intermunicipais de Municípios. O Estado considera que com o IV Quadro Comunitário de Apoio, a prioridade das prioridades é a competitividade, a inovação, a criação de emprego, a criação de riqueza, a formação de recursos humanos e consequentemente todos os investimentos têm que ter uma escala de carácter supra Municipal. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** abre Período de Inscrições e não havendo inscrições, procedeu-se à votação do *Ponto Três da Ordem de Trabalhos “Pedido de adesão da integração do Município de Alijó, na Comunidade Intermunicipal do Douro”*, sendo aprovado por unanimidade com 36 votos a favor. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos “Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2007”*. Esclarece que o Sr. Presidente irá intervir posteriormente às intervenções dos Srs. Deputados e abre Período de Inscrições tendo-se inscrito os seguintes Srs. Deputados: -----

-----**DEPUTADO ANÍBAL FERREIRA:** Relativamente ao Relatório e Conta de Gerência, indica que estão perante um documento fundamental, no qual é revelada a forma como a gestão e administração da Câmara é feita ao longo do ano. Em nome da Bancada do Partido Social Democrata, manifesta o total acordo à Declaração de Voto, no seu conteúdo, que foi apresentada pelos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata, na Reunião de Câmara em que foi aprovado o Relatório e Conta de Gerência. Indica que o documento em si, manifesta uma melhoria acentuada relativamente ao documento do ano passado, tendo ainda alguns aspectos que considera muito positivos, nomeadamente porque é apresentado um balanço que embora ainda com algumas hesitações e falhas, parece todavia que representa já um avanço significativo no aspecto técnico e dá alguma informação com alguma facilidade. Relativamente ao balanço, indica que já começaram a ter uma ideia, ainda que incompleta sobre o património da Câmara. Pela primeira vez estão plasmados montantes relativos ao património, o que considera muito importante, sobretudo se tiverem em atenção o resultado final da gestão de cada um dos anos. Indica ainda que para ser um balanço absolutamente elucidativo, haveria que preencher ainda dois campos ou contas: conta de provisões e conta referente a acréscimos e deferimentos. No que concerne a provisões, refere que seria muito difícil pois é uma conta preenchida sobretudo com as dívidas incobráveis para a Câmara. Indica que sobretudo nos imposto directos, a Câmara está escudada e salvaguardada neste aspecto pelas Finanças e por exemplo quando algum munícipe não paga a Contribuição Autárquica, de seguida as Finanças vão executar de alguma forma; quanto aos acréscimos e deferimentos, esta conta deveria ser preenchida devido aos créditos que a Câmara tem sobretudo em obras, pois muitas vezes os Autos são enviados para a Comissão de Coordenação e a Câmara aguarda vários meses pelo pagamento. Indica ainda que não acredita que a Câmara não tenha verbas que poderiam ser inscritas nesta conta. Outro aspecto positivo do documento em geral, é a informação que este transmite, pois contém capítulos que se lêem e se compreendem rapidamente. No entanto, o documento também revela alguns aspectos negativos, não no aspecto formal, mas ao nível do conteúdo. A seu ver, o mais significativo faz-se notar na observação dos capítulos referentes ao controle orçamental quer da Despesa, quer da Receita, onde põe a nu e evidencia o que apelida de um erro grave na elaboração do Plano e Orçamento para cada um dos anos. Lembra que foi

particularmente crítico em relação ao empolamento feito no Orçamento. Agora ao analisar a Conta de Gerência, indica que toma consciência nítida que o Orçamento para o ano de 2007 era irrealista e altamente empolado. A taxa de execução dos investimentos é da ordem dos 22,4%, fruto do referido empolamento. Ao analisar o controle orçamental da despesa, podem verificar que a Câmara propunha-se gastar nesse ano cerca de 30 milhões de euros e na realidade pagou/realizou 12,2 milhões de euros. Este diferencial dá a dimensão da irrealidade do documento do Plano e do Orçamento. Se analisarem as receitas correntes, o que consta no documento, considera perfeitamente aceitável, há desvios muito pouco significativos, perfeitamente compreensíveis e aceitáveis. Indica ainda que o mesmo já não se verifica relativamente às despesas de capital porque estavam previstos investimentos na ordem dos 23 milhões de euros e a realização foi apenas de 5,1 milhões, sendo ainda mais significativo o diferencial. Isto revela uma taxa de execução na ordem dos 16%. Relativamente à dívida da Autarquia, as dívidas a terceiros, são perfeitamente compreensíveis e estão perfeitamente reguladas. Indica ainda que o mesmo poderão verificar em encargos assumidos e não pagos, por falta de disponibilidade financeira, onde verificam um valor significativo na ordem dos 6,7 milhões de euros, o que de alguma forma contradiz o saldo do exercício, o qual é apresentado quase na ordem dos 2 milhões de euros. Pensa que este saldo será relativamente elevado se o compararem com os encargos assumidos e não pagos. Foca ainda um mapa que tenta demonstrar a evolução das receitas directas da Câmara, nos anos 2005, 2006, 2007, onde constata que há uma diminuição na ordem dos 3% em cada ano. Refere ainda que, dependendo a Câmara Municipal de Alijó, como dependem as Câmaras de média e pequena dimensão, sobretudo das transferências correntes do Orçamento de Estado, considera importante salvaguardar as receitas directas da Câmara e chama a atenção para este pormenor revelador de alguma fragilidade. O documento revela que a situação orçamental e financeira da Câmara é muito complicada. Seria bom para o Executivo que o último empréstimo, aprovado na Assembleia Municipal, fosse autorizado pelo Tribunal de Contas. Finaliza afirmando que os Autarcas vão ter uma tarefa muito complicada para fazer a gestão da Câmara. -----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Afirma que não podia estar mais de acordo pela Declaração de Voto do Partido Social Democrata, num único ponto, ou seja, no ponto 16º, em que

dizem uma última palavra e começa por dizer a primeira palavra de apreço aos serviços da Câmara Municipal pelo documento bem elaborado e estruturado, que lhes foi presente para análise. Indica que o documento por si só diz tudo aquilo que é um profissionalismo e quem está de bem naquilo que às vezes custa mais, ou seja, na apresentação de contas. Refere ainda que por vezes os números são vistos de determinadas formas, mas depende do tipo de números que as pessoas pretendem ver. Relativamente às transferências correntes de despesa, indica que é com muito agrado que vê, no âmbito da educação 99,6% da execução orçamental das transferências relativamente às duas escolas existentes no Concelho: Agrupamento Vertical de Escola de Alijó e Agrupamento Vertical de Escolas do Pinhão; para as Juntas de Freguesia 80,77% de execução orçamental; para as Associações 99,8%. Apenas ficou aquém das expectativas, as transferências para a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte e Associação Nacional de Municípios Portugueses. Relativamente às de capital, verificam-se transferências a 100% para as Juntas de Freguesia, ou seja, tudo aquilo que estava orçado, foi transferido na íntegra para as Juntas de Freguesia. Agradece a todo o Executivo Camarário por tal atitude. No que concerne à receita, as correntes, de quatro milhões, novecentos e sessenta mil euros, houve uma receita de quatro milhões, setecentos e cinco mil euros, perfazendo cerca de 95% da receita prevista que foi conseguida. Na receita de capital verifica-se uma execução 48%, não sendo superior, devido a um desfasamento que tem a ver com projectos aprovados ainda não financiados da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional Norte. Considera importante a forma como os números são apresentados, os quatro mapas expressam aquilo que tem sido a gestão camarária e muitas Câmaras se verificassem e fizessem uma análise a estas contas, muito se orgulhariam de ter as suas Câmaras nestas condições. -----

-----**DEPUTADO VÍTOR SILVA:** Informa que após uma análise rigorosa aos documentos, dá os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e Executivo pela vitalidade e dinamismo que empregaram no Orçamento para conseguirem concretizar as contas presentes. O facto de várias rubricas terem percentagens iguais a 100%, indica que foram conseguidos os objectivos do documento proposto e aprovado pela Bancada do Partido Socialista. Relativamente aos custos com o pessoal, houve um bom controlo dos mesmos, o que é essencial nos tempos que correm, tendo uma percentagem de 98,64 %, tal como podem verificar na demonstração de resultados. No que concerne às

transferências correntes de despesa com uma percentagem total e tal como referiu o Sr. Deputado Telmo Pinto, a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte, num montante de cento e vinte e cinco mil euros, somente foram transferidos cinco mil euros. Têm ainda que se congratular com as transferências para as Juntas de Freguesia que atingem os 100%, o que se verifica pela primeira vez. Nas outras rubricas que aparecem para as Associações, tem conhecimento que alguns montantes expressos atingiram os 100% o que considera óptimo. O mesmo acontece com as transferências correntes da receita onde o próprio valor aponta para 94,9%, o que revela astúcia, dinamismo e vitalidade por parte do Sr. Presidente da Câmara. Ainda relativamente às transferências de capital de receita, existem várias rubricas com percentagens de 100%, o que continua a revelar a referida vitalidade e dinamismo. Indica ainda que só podem estar satisfeitos com a Conta de Gerência, sabendo ainda que tal como podem verificar no relatório de gestão, na página 11, o aumento de despesa paga, em cerca de dois milhões de euros, revelando uma vez mais que o Executivo tem vitalidade, ideias e soluções para o Concelho de Alijó. Por todos os motivos apontados, cita uma frase do filósofo Demóstenes: “É necessário que os princípios da política sejam justos e verdadeiros”, sendo que, ao analisarem o Relatório de Contas, têm que ser justos e verdadeiros. Se assim forem, têm que dar os parabéns ao Executivo pois o Relatório nota que há acção e visão, mostrando ainda que o Concelho está em boas mãos e o futuro só pode ser de desenvolvimento e afirmação no contexto do Distrito e do País. Indica que é sempre bom lembrar os valores e compromissos que devem manter numa visão do Século XXI, actualizando em cada ano e cada dia, o que Abril trouxe em 1974. -----

-----**DEPUTADO MANUEL CARVALHO:** Informa que existe um lapso, o qual gostaria de ver corrigido, nas transferências correntes da despesa, onde no mapa foca as transferências efectuadas, consta uma transferência de mil euros para a Associação Cultural e Social do Amieiro, o que não corresponde à realidade. Informa ainda que apenas foram transferidos quinhentos euros, tal como pode ser comprovado pelo recibo passado em 28/11/2007. Finaliza solicitando que o lapso seja corrigido e conste em acta para que fique registado nas contas da Associação. -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que não vai dar elogios mas sim constatar factos, começando por dizer que lhe apraz bastante ter um documento como este nas suas

mãos, não só para o ver no presente momento, mas para consultas futuras, visto estar muito bem elaborado e tem vindo a evoluir de ano para ano. Desta forma, o documento não merece apenas um elogio, mas antes uma constatação de factos, porque é um documento bastante volumoso, muito bem organizado e esquematizado, com separadores que facilitam a consulta do mesmo. Esclarece que não se vai reportar sobre os números porque outras pessoas já o fizeram e torna-se desnecessário. No entanto como já consultou o mesmo, tem a certeza que estão correctos. Indica ainda que o documento está tão bem elaborado que não é necessário ser técnico de contas para ver que é um bom documento. Para além dos separadores colocados no documento, colocaria ainda uma pestana, indicando qual é a separata para um acesso ainda mais fácil. -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Apesar de não ser técnico de contas, considera o documento de muito fácil acesso e qualquer pessoa pode facilmente constatar todas as receitas e despesas, pois está pormenorizado. Pretende deixar uma crítica construtiva no que diz respeito às dívidas, pois há pequenas dívidas, na ordem dos 24€ 30€, entre outras, que não foram pagas por falta de disponibilidade financeira. Indica que o técnico de contas saberá o porquê destas pequenas dívidas não serem pagas, mas a seu ver, seria uma forma de diminuir o relatório na questão das dívidas, se as pequenas importâncias pudessem ser pagas. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Dirige-se à Mesa e aos Srs. Deputados que se os mesmos concordarem, fará uma análise não pormenorizada de cada um dos Srs. Deputados, mas antes uma análise global, o que permitiria também fazer a sua própria análise ao documento. Começa por esclarecer a “crítica construtiva” focada pelo Sr. Deputado Belarmino Monteiro, esclarecendo que se trata de um problema do programa informático em que está suportado o Orçamento, pois o mesmo se verifica em todas as Câmaras da Associação de Municípios do vale do Douro Norte. Esclarece ainda que na passagem do Orçamento de um ano para o outro, restam aquelas pequenas referências numéricas e é o próprio programa que as descarrega. Indica que colegas de outras Câmaras, em reuniões com a Medidata, empresa que tem o software do programa, fizeram a mesma análise crítica, tendo-se a empresa comprometido a aperfeiçoar o referido programa. No que

concerne à intervenção do Sr. Deputado Manuel Carvalho informa que poderá também ter a ver com algum descarregar indevido do programa informático. Sugere que o Sr. Deputado, logo que possível, se dirija à contabilidade da Câmara e comprove o porquê da discrepância que referiu. Esclarece que não põe em dúvida o que o Sr. Deputado referiu, mas deve ter havido um problema técnico, sendo importante que seja confirmado. No que diz respeito às intervenções que referiram que o documento está cada vez melhor elaborado do ponto de vista técnico, esclarece que desde a primeira hora que entraram nesta Autarquia, as orientações políticas que têm dado aos serviços, têm sido exactamente nesse sentido, porque se pretendessem um documento mais fechado, menos claro, menos transparente, cumpriam igualmente a lei tinham o documento. Em termos de estratégia política, quanto mais souberem da verdade, melhor, embora cada um o possa interpretar à sua maneira. Informa que tem que tem dado ordens, a quem elabora o documento, que produzam um documento cada vez mais legível, mais transparente e que não exija aos Srs. Deputados, aos Srs. Vereadores e aos Srs. Presidentes de Junta, que sejam economistas ou técnicos na área da contabilidade e administração para o entenderem. Congratula-se com este facto e faz suas as palavras dos Srs. Deputados porque tem sido um esforço grande, quer da parte do Executivo, quer da parte dos técnicos que o elaboram, no sentido de o tornar cada vez mais claro, mais transparente e ao mesmo tempo mais rigoroso, embora possa ocorrer uma ou outra falha. Relativamente à interpretação do documento indica que o mesmo pode ser lido de diversas formas, dependendo do ponto de partida. Indica ainda que este documento tem uma forte componente plurianual, nomeadamente das candidaturas, mas para serem absolutamente justos e verdadeiros, eliminando ao máximo as dissonâncias de interpretação político – partidárias que normalmente acontecem na análise destes documentos. Relativamente às transferências correntes da despesa, têm o exemplo de como devem pegar nos números de variadíssima forma, pois se forem à execução global final, têm uma percentagem final de 54,09%, mas se desagregarem este número, verificam que tal como referiu o Sr. Deputado Telmo Pinto, relativamente ao Agrupamento Vertical de Escolas de Alijó e Agrupamento Vertical de Escolas do Pinhão, têm uma execução de 99,60%, relativamente ao que estava previsto; se virem as transferências correntes de despesa para as Juntas de Freguesia, têm um resultado global de 80,77%; se verificarem as transferências para as Associações sem fins

lucrativos, todas as Associações do Concelho, tem um valor de 99,83%. Se retirassem os valores para as Associações fora do Concelho, tinham uma taxa de execução na ordem dos 94%, no entanto o resultado final é quase metade, porque têm transferências para as Águas de Trás os Montes e Alto Douro, para a Associação Nacional de Municípios, para a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte, as quais são negociadas e pagamentos que funcionam quase como os empréstimos bancários, ou seja, têm dívidas às referidas Associações das participações que não pagam todas num ano, funcionando como um pagamento de dívida pré-negociada. Indica que está nesta dívida, o investimento feito no aterro sanitário Intermunicipal pelas sete Câmaras da Associação de Municípios do Vale do Douro Norte, que não é paga num ano, sendo dividida por diferentes anos, o que leva a esta taxa. Dá também o exemplo das transferências para as Juntas de Freguesia, a 100%, promessa assumida em Assembleia Municipal e cumprida relativamente a estas contas. Isto corresponde ao esforço de cooperação institucional e descentralização efectiva não apenas de competências mas das respectivas verbas para as Juntas de Freguesia. Relativamente à Associação Nacional de Municípios do Vale do Douro Norte, há uma taxa de execução de 4,5% porque para não pagarem com uma taxa de execução desta natureza às Juntas de Freguesia, não podem ter o mesmo grau de execução relativamente à Associação de Municípios, estratégia também assumida para privilegiar os fornecedores locais, porque a Associação de Municípios recebe de vários Concelhos, podendo aguentar-se melhor do que os que têm praticamente uma fonte de receita, tal como é o caso das Juntas de Freguesia ou das Associações do Concelho. Foca as transferências correntes da receita, onde se verifica uma taxa de execução de 94,9%, ou seja, tiveram uma capacidade de arrecadar transferências correntes para a receita, na ordem dos 94,9%. Indica ainda que na verdade, a taxa de execução é muito superior, porque esta capacidade tem a ver com as obras candidatas a Fundos Comunitários e o respectivo pagamento da contrapartida desses mesmos fundos comunitários para a Autarquia. Se verificarem, desagregando esta percentagem, verificam casos, tal como os caminhos vicinais, relativamente ao que estava previsto, têm uma percentagem muito superior ao que estava previsto inicialmente. Refere que têm casos de percentagens de 260,5%, de 5857% e de 2404% e inscreveram em orçamento uma série de candidaturas e não sabiam se iam ter capacidade de as ganhar, apresentando-as, no entanto como tiveram a referida

capacidade, resultou esta taxa de execução. Indica que empolam um Orçamento para depois terem esta possibilidade, pois sem orçamento empolado não é possível posteriormente fazer transitar o dinheiro de uma rubrica para outra, nem capacidade de execução nas candidaturas a Fundos Comunitário. A alternativa consiste em terem um Orçamento absolutamente rigoroso quer nas transferências correntes, quer nas transferências de capital, quer na despesa de capital, na ordem dos 90 a 100%, mas depois não têm hipótese nenhuma de fazer qualquer candidatura porque não há flexibilidade. O que podem fazer é cabimentar um pouco mais ao nível da venda de bens de investimento, ou seja do património, tendo uma taxa de execução fraca da venda dos mesmos. Esta é uma estratégia que a própria lei permite fazer e a única para poder aceder à taxa de execução ao nível do investimento efectivamente realizado. Indica que se não fizessem isto todos os anos, não tinham a capacidade de ganhar obras a Fundos Comunitários como as que têm ganho, não tendo capacidade de realizar tanto investimento quanto aquele que os Srs. Presidentes de Junta e os Srs. Deputados solicitam e exigem à Câmara Municipal de Alijó. Se verificarem as transferências de capital, têm exactamente a mesma situação, com algumas rubricas de 0% de transferência, o que quer dizer que relativamente por exemplo ao PRODEP, ao PRIME, ao IAPMEI, à Sociedade de Informação, eram candidaturas que já tinham aprovadas, mas por qualquer motivo estas instituições não tiveram oportunidade de apresentar o pagamento proveniente dos Fundos Comunitários. Têm ainda uma capacidade de execução da Direcção Geral da Administração Autárquica de 144,3%, significando que são verbas que conseguiram arrecadar, para além do que estava inicialmente previsto. Dá ainda o exemplo da Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Norte, onde previam arrecadar de Fundos Comunitários já aprovados, cinco milhões, quinhentos e oitenta e cinco e só arrecadaram um milhão quatrocentos e vinte e três mil, ou seja, uma taxa de execução de 25,5%. Informa que o presente documento tem que ter uma leitura plurianual, não podendo ter uma leitura anual, porque é obra já realizada e paga pela Câmara, mas que ainda não receberam as verbas dos Fundos Comunitários que são devidas. Há outro mapa onde podem verificar que há obras do tempo do Dr. Cêrca e que ainda estão a receber dos Fundos Comunitários, a parcela desse dinheiro correspondente a essa obra. Indica que o que está a transmitir são simples folhas, que pediu aos serviços da Câmara, para este ano separarem, para ser mais fácil a leitura,

porque se compararem com a mesma Conta de Gerência de outro ano, verificam que como era uma folha apenas, vinham seguidas e a análise tornava-se mais difícil. Desta forma é mais fácil para quem está no poder e tem que explicar as suas opções como também é mais fácil para quem está na oposição. Lê uma análise global ao documento, a qual se transcreve na íntegra: “ Relatório **de Contas 2007 aprovado**

Desde o início do actual mandato, o executivo permanente adoptou uma estratégia de desenvolvimento integrado e sustentado do Concelho, assente numa visão de curto, médio e longo prazo, que ultrapassa em muito um documento contabilístico, cuja leitura se reporta a um horizonte anual e não plurianual.

Para nós, o que é fundamental não é a diferença entre a despesa paga e a receita cobrada, mas antes a dimensão alcance e profundidade do investimento realizado. Efectivamente, do investimento total previsto para o ano em análise, 76% da verba foi cabimentada, o que significa abertura de procedimentos para realização efectiva de obras. Do investimento total previsto, 74% da verba foi comprometida, num montante global que atinge aproximadamente dezasseis milhões de euros. Deste investimento comprometido, 70% foi facturado à Câmara Municipal, tendo a nossa instituição já pago 47% estando acordado o pagamento do restante em prestações mensais, sem juros, a todos os fornecedores e empreiteiros.

Relativamente às receitas de capital e como prova da nossa eficiência e dinamismo, registámos um aumento de aproximadamente dois milhões de euros. Este esforço reflectiu-se também na receita corrente, que registou um aumento em relação ao ano transacto de meio milhão de euros.

Saliente-se ainda que fizemos um fortíssimo esforço de contenção orçamental, o que levou a uma diminuição na despesa corrente de um milhão de euros. Esta poupança foi canalizada para pagar dívidas, bem como para a execução de novos investimentos. Este esforço conjugado, levou a um aumento de dois milhões e meio de euros, relativamente ao investimento realizado no ano transacto.

Numa estratégia política de descentralização de competências e respectivas verbas para as Juntas de Freguesia, importa salientar que as mesmas tiveram uma execução de 100%, no que

concerne às despesas de capital, isto é, ao investimento efectivamente previsto e realizado, totalizando uma verba de meio milhão de euros. Acresce ainda que, a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia correspondentes às despesas correntes, registaram também um excelente nível de execução, atingindo a percentagem de 80.77%. Este facto vem provar que cumprimos os compromissos assumidos aquando da elaboração do Plano de Actividades respeitante ao ano de 2007, no que diz respeito a uma efectiva descentralização e cooperação com as Juntas de Freguesia, na realização das inúmeras tarefas que podem levar a um desenvolvimento cada vez mais sustentado e equilibrado do Concelho de Alijó.

Dando sequência a uma estratégia de forte apoio à educação, à cultura, ao desporto e à acção social, fundamentais para a qualidade de vida dos nosso munícipes, realizámos um investimento de um milhão de euros, com uma taxa de execução de transferências correntes para as associações sem fins lucrativos do nosso Concelho de 99,83%.

Em síntese, o investimento em curso nas diferentes áreas de acção do Município representa uma capacidade de atracção de investimento e de realização ímpar, sobretudo se atendermos ao contexto de crise e de retracção do investimento a nível nacional e internacional. Efectivamente, no ano de 2007 executámos diversas obras em resultado de candidaturas aprovadas no âmbito do III QCA, quer pela Administração Central, quer pela Administração Local, das quais salientámos: Aldeia Vinhateira de Favaios, Variante de Favaios/Nascente; Pólo do Museu do Douro; Miradouros e Caminhos Durienses; Construção do Cais Turístico do Pinhão; Sistema de Drenagem e Águas Residuais nas diversas Freguesias do Concelho; Recuperação da Anta da Fonte Coberta da Chã; Centro de Saúde; Estádio Municipal Eng.º Delfim Magalhães; Pousada da Juventude. Em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Alijó e os Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade Social, foi possível recuperar o Hospital da Santa Casa da Misericórdia, transformando-o numa unidade de cuidados continuados de média e longa duração.

Estes dados são inequívocos, no que diz respeito ao dinamismo e capacidade de execução do actual executivo. Os munícipes sabem que para nós as pessoas estão e estarão sempre em primeiro lugar e por isso vamos continuar a realizar o nosso trabalho de transformação do Concelho, num território atractivo, onde vale a pena viver.” -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** coloca a votação o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos “Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2007”* sendo aprovado por maioria com 29 votos a favor, 03 votos contra e 02 abstenções. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** dá a palavra ao seguinte Sr. Deputado: -----

-----**DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA:** Indica que pretende fazer uma Declaração de Voto, para justificar a sua abstenção, tendo em conta que a Câmara Municipal tem autonomia política de investir e gerir a verba como bem entende. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos “Pedido de Aprovação da 5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2008, que se traduz na 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 2.ª Revisão do PPI e 1.ª Revisão do PAM”*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Indica que esta situação não é novidade para os Srs. Deputados nem para os Srs. Presidentes de Junta e tem a ver com o facto do Plano de Actividades. É um documento aberto e dinâmico e não um documento fechado ou hermético. Indica ainda que por muito que prevejam, não é possível, com um ano de antecedência prever tudo. Há projectos que realizam, que pretendem concretizar e acabam por não concretizar; há ainda outros que não sonhavam com os mesmos e acabam por surgir oportunidades e daí a necessidade de fazer a reafecção de verbas. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Sr. Deputado: -----

-----**DEPUTADO BELARMINO MONTEIRO:** Estas modificações são necessárias e apelidadas de “engenharia financeira”, o que também se verifica ao nível das Juntas de Freguesia, a fim de reforçar outras rubricas que não têm dinheiro para efectuar determinadas obras. Na modificação do PPI, verifica uma redução substancial nas verbas destinadas às obras da Aldeia Vinhateira de Favaios e pergunta se o que está assegurado, é suficiente para financiar o resto da obra. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimento solicitado: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que pelo facto de alterarem as verbas destinadas à Aldeia Vinhateira de Favaios foi possível reafectar verbas para outras rubricas. Indica que prevêem sempre com alguma margem de manobra, para pagar antes de vir a verba dos Fundos Comunitários e como ela foi libertada mais cedo, torna possível fazer este reajuste. Não poderiam nunca, pôr em causa uma obra que está financiada por Fundos Comunitários, porque têm que fechar a obra em definitivo até Junho. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** coloca a votação o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de Aprovação da 5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2008, que se traduz na 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 2.ª Revisão do PPI e 1.ª Revisão do PAM*”, sendo aprovado por maioria com 30 votos a favor e 04 abstenções. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----